



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

 /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5240 – 11 janeiro de 2016

Reforma trabalhista no Congresso será o desafio em 2016

A agenda que o Congresso Nacional terá pela frente assim que voltar do recesso traz ao menos oito propostas que representam imenso retrocesso para os movimentos sindical e social.

São textos que tratam da privatização das estatais, redução da maioria penal, retirada da Petrobrás como operadora única do pré-sal, estatuto da família, lei antiterrorismo, ataques ao direito da mulher, terceirização sem limites e o estatuto do desarmamento.

Porém, para o analista político do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) Antônio Augusto Queiroz, o Toninho, o foco da agenda conservadora será mesmo a reforma trabalhista e previdenciária, que parece ganhar cada vez mais espaço no Executivo.

Para Toninho, sem margens para incentivos e renúncia fiscal, a conta da recessão tende a cair sobre o colo do trabalhador e, além da crise, ele avalia que uma possível saída do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ajuda a tirar da berlinda os temas ligados aos direitos humanos.

Em entrevista ao Portal da CUT, ele alerta que não há outra saída para os movimentos além de definir uma pauta comum e transformar isso em pressão no Congresso, inclusive com exposição dos parlamentares que votarem pela redução dos direitos da classe trabalhadora.

Caixa 100% pública

A luta contra o Projeto de Lei do Senado 555 (PLS 555/2015), que obriga empresas 100% públicas a se tornarem sociedades anônimas, e a campanha Mais Empregados para a Caixa, Mais Caixa para o Brasil serão retomadas amanhã, dia 12/01.

O PLS 555 será um dos primeiros assuntos a serem discutidos na reabertura dos trabalhos do Senado, em fevereiro. A mobilização é importante para sensibilizar os parlamentares a enterrarem de vez o projeto que abre caminho para a privatização de empresas como a Caixa Federal, BNDES e Correios.

Também será realizado um ato em frente à matriz da instituição financeira, em Brasília, na terça-feira, dia 12, quando o banco completa 156 anos de fundação.



CUT é contra mudanças na Previdência que retirem direitos

PREVIDÊNCIA SOCIAL
A Central Única dos Trabalhadores afirma que o governo erra ao propor uma reforma na Previdência, porque esse não é o desejo da classe trabalhadora.

Pesquisa Vox Populi encomendada pela CUT no final do ano passado aponta que 88% dos entrevistados são contra mudanças na Previdência que possam penalizar o/a trabalhador/a. Apesar disso, fomos surpreendidos com declarações da presidenta Dilma Rousseff feitas à imprensa sobre a necessidade de mudanças, sinalizando, especialmente, que é preciso implantar a idade mínima para as aposentadorias.

Para nós, esta proposta é inaceitável porque prejudica quem ingressa cedo no mercado de trabalho, ou seja, a maioria dos trabalhadores brasileiros. Porém, mais uma vez o governo se equivoca ao anunciar mudanças que interferem no cotidiano da classe trabalhadora, sem dialogar e ouvir as propostas de quem a representa – caso da CUT e demais centrais sindicais. O que nos admira é que esse diálogo deveria se dar no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, espaço criado pela própria presidenta e coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. A presidenta alega que a mudança na Previdência é necessária porque do jeito que está não se sustenta. Porém, para a CUT, que tem propostas para dialogar, antes de discutir Previdência é preciso discutir todo o sistema de Seguridade Social. A partir disso, buscar resolver os problemas da Previdência, cujos principais são a sonegação, que deve ser duramente combatida, e as isenções fiscais que recaem sobre ela. Essas isenções devem ser absorvidas pelo Tesouro, e não pela Previdência, porque são fiscais.